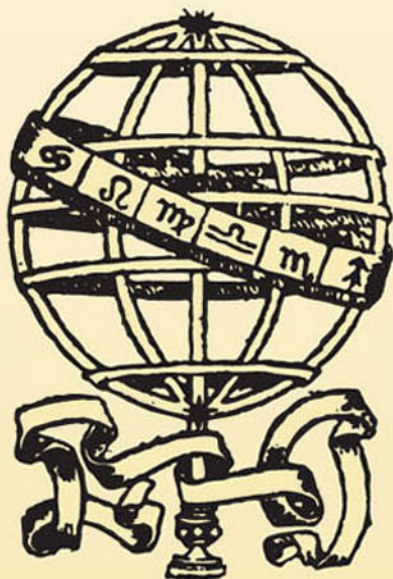


FREI SEBASTIÃO DE PAIVA

# TRATADO DA QUINTA MONARQUIA

Prefácio e revisão científica de ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO

Introdução de JOSÉ EDUARDO FRANCO  
e BRUNO CARDOSO REIS



COLECCÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos .....	9
Prefácio, por ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO .....	11
Estudo introdutório, por JOSÉ EDUARDO FRANCO e BRUNO CARDOSO REIS .....	15
O Quinto Império de Sebastião de Paiva: genealogia e carácter de um messianismo sebástico .....	15
1. Considerações preliminares .....	15
2. Messianismo, profetismo e milenarismo: análise de alguns conceitos-chave .....	18
3. A ideia de império e o messianismo nos Romanos .....	22
4. Messianismo e escatologia na Bíblia .....	32
5. A importância das fontes apócrifas no milenarismo .....	34
6. Messianismo cristão e mística imperial na Europa (Idade Média e Idade Moderna) .....	36
7. Messianismo e joaquimismo em Portugal: de D. Afonso Henriques ao sebastianismo .....	57
8. Notas sobre a vida e a obra de Sebastião de Paiva .....	78
9. Sebastião de Paiva e o sebastianismo .....	80
10. Estruturação e conteúdo do <i>Tratado da Quinta Monarquia</i> .....	85
11. Significado histórico e cultural do Quinto Império Paiviano .....	106
12. Descrição codicológica do <i>Tratado da Quinta Monarquia</i> : manuscrito pertencente ao Prof. Doutor Vítor Amaral de Oliveira .....	115
13. Critérios da presente edição .....	118
Índex dos autores vistos, citados e glosados no <i>Tratado da Quinta Monarquia</i> de Sebastião de Paiva, por MANUEL GANDRA .....	121

TRATADO DA QUINTA MONARQUIA

Anonymus authoris amicus in operis argumentum carmen .....	161
Ao Príncipe Encoberto, primeiro Imperador da Quinta Monarquia .....	163
Prefação ao <i>Tratado da Quinta Monarquia</i> .....	169
CAP. I — De algumas advertências para inteligência do presente discurso .....	175
CAP. II — Em que se mostra como há-de haver uma Quinta Monarquia, a última do Mundo debaixo da Lei de Nosso Redentor .....	183
CAP. III — Em como esta Monarquia Quinta há-de destruir o Império Otomano e Seita maldita de Mafoma .....	193
CAP. IV — De muitos vaticínios e tradições que mostram a destruição da Seita de Mafoma .....	203
CAP. V — Em que se declara a que nação do Mundo está prometido este Quinto e último Império .....	211
CAP. VI — De como não pode convir esta Quinta Monarquia aos Reis e Príncipes Castelhanos .....	225
CAP. VII — Propõem-se, das divinas e humanas Letras, sinais certos da pessoa que há-de levantar a Quinta Monarquia .....	239
CAP. VIII — De outros sinais por que será conhecida a pessoa que há-de levantar a Quinta e Última Monarquia .....	247
CAP. IX — Em que se trata da vida e aparecimento d’el-Rei Dom Sebastião Primeiro, Príncipe da Quinta Monarquia .....	271
CAP. X — Confirma-se, por tradições e outros testemunhos, a matéria do capítulo precedente .....	287
CAP. XI — Corroborá-se com o juramento d’el-Rei Dom Afonso Henriques e outros testemunhos ao presente intento .....	303
CAP. XII — De outras tradições da vida d’el-Rei Dom Sebastião e congruências de ser ele o prometido e esperado .....	319
CAP. XIII — Conclui-se com os testemunhos que abonam a vida e vinda do sobredito Rei .....	331
CAP. XIV — Do Santo Padre e Sumo Pontífice Angélico .....	347
CAP. XV — Dos castigos antecedentes à felicidade da Quinta Monarquia e Reformação do Mundo .....	357
Ao Príncipe Encoberto, primeiro Imperador da Quinta Monarquia Tem gravíssima autoridade por antigos entre os sebastianistas curiosos os seguintes sonetos que todos constam de letras acrósticas com seus temas .....	379
<i>Index</i> dos autores vistos e citados para a presente obra .....	385
<i>Fac-símiles</i> .....	393

## AGRADECIMENTOS

### APOIOS INSTITUCIONAIS:

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa.

### COLABORAÇÕES PESSOAIS:

Prof. Doutor Arnaldo do Espírito Santo (Universidade de Lisboa); Prof. Doutor Pedro Calafate (Universidade de Lisboa); Prof. Doutor Vítor Amaral de Oliveira (Universidade Católica Portuguesa); Mestre Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Costa Gomes (Universidade de Lisboa); Dr.<sup>a</sup> Patrícia França Martins (Universidade Técnica de Lisboa); Dr. Manuel Gaspar (Câmara Municipal de Mafra); Doutor Pedro Maximino (Universidade Católica Portuguesa); Hugo Crespo (Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva); Mestre Dr.<sup>a</sup> Filomena Borja Melo (IEM da Universidade Nova de Lisboa).



## PREFÁCIO

*Não é caso único nem raro, ao menos em Portugal, que, em pleno florescimento da imprensa, uma obra seja relegada, em estado manuscrito, para o silêncio das bibliotecas privadas ou públicas. Trazê-la à luz do dia constitui só por si um serviço de grande relevo prestado aos investigadores e ao estudo da cultura, neste caso, do século XVII português.*

*Foram decerto várias as razões que contribuíram para o silenciamento de uma obra e de um autor sobre quem Barbosa Machado escreveu: «Teve grande lição da Historia Ecclesiastica, e Secular, como também profundo estudo da interpretação dos arcanos dos Profetas que estão na Escritura sagrada.»<sup>1</sup> Faltou-lhe acrescentar que o ilustre trinitário, Sebastião de Paiva, natural de Lisboa, onde nasceu por volta de 1600 e faleceu a 9 de Setembro de 1659, filho de António Rodrigues de Paiva e de Maria da Cruz, era um sebastianista ferrenho. E escrever sobre o regresso de D. Sebastião, atacando a legitimidade da coroa de João IV, não era de bom tom nem conveniente aos interesses de Portugal envolvido numa luta de vida ou de morte pela sua independência de Castela. O ano de 1641 não era data apropriada à divulgação de uma obra que só podia contribuir para alienar a nação do grande esforço em que a empenhara o sentido patriótico generalizado, assumido pela casa de Bragança.*

*Esta forma de ver o problema não representa, no entanto, mais que uma parte da questão. Na verdade o título desta obra, Tractado da Quinta Monarchia e Felicidades de Portugal Prophetizadas, que em boa hora a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, fazendo jus às suas mais autênticas tradições e iniciativas no domínio da cultura, decidiu*

---

<sup>1</sup> Biblioteca Lusitana, vol. 3, p. 697.

*publicar, remete para uma mitologia nacional mais grandiosa e de maior alcance que a simples proclamação da independência da coroa portuguesa. O que Sebastião de Paiva faz realmente é lançar os fundamentos de um discurso, tipicamente seiscentista, sobre o Quinto Império Português, de carácter marcadamente nacionalista, com aspirações ao governo do mundo.*

*Nos quinze capítulos de que consta, encontram-se citados para cima de duzentos autores, em grande parte, cerca de um terço, comuns ao padre António Vieira na sua obra profética. E se alguns destes nomes são anódinos, por fazerem parte da cultura clerical de que ambos partilhavam como contemporâneos e clérigos que eram, outros há que apontam para uma área de tendências proféticas comuns: Bandarra, Gregório de Almeida, Joaquim de Flora, Profecias de Santo Isidoro, Manuel Bocarro, Nostradamus, etc. De Vieira, sempre tão dado à leitura de profecias e de relatos de prodígios, seria de esperar que citasse o Tractado da Quinta Monarchia ou o Tractado dos Prodigios que acontecerão neste Reino do anno de 1554, também de Sebastião de Paiva. Mas nunca o faz. É difícil aceitar que não conhecesse nem o autor nem a obra. Na verdade, o Tractado da Quinta Monarchia, escrito ou divulgado a partir de 1641, ano em que Vieira chegou a Portugal em consequência da revolução de 1640, representa, por um lado, a ideia sebastianista que Vieira pregara no Sermão de São Sebastião em 1634 e a que entretanto renunciara, empenhando-se em cheio no projecto político de D. João IV, o seu novo «Encoberto»; mas, por outro lado, a visão de uma Quinta Monarquia ou Quinto Império de cariz lusitano servia à maravilha para a propaganda política a favor da legitimação da dinastia de Bragança. Para tanto bastava transpor para D. João IV as provas e os argumentos terçados em prol de D. Sebastião. E o que não soube fazer o Trinitário fê-lo o Jesuíta genialmente servindo-se dos mesmos autores e, sobretudo, do mesmo Bandarra, colocando-se do outro lado da barricada política. A carta Esperanças de Portugal Quinto Império do Mundo, de Vieira, não deixa, assim, de reflectir, como em espelho, o Tractado da Quinta Monarchia e Felicidades de Portugal.*

*Bastava este motivo para justificar singularmente a edição de uma obra como esta, que traz sem dúvida novas perspectivas ao enquadramento e à interpretação do surgir do sebastianismo e da sua posterior evolução, mas juntamente apresenta algumas das características emblemáticas do Quinto Império.*

*Ao longo da sua obra profética, Vieira, um pouco por toda ela, argumenta que há-de haver um Quinto Império de Cristo, que há-de ser destruído o Império Otomano e que este Quinto Império, o Último, será*

*prerrogativa da nação portuguesa. Baste citar, ao acaso, as seguintes linhas da carta Esperanças de Portugal:*

*A estes brados do Pontífice acudirão os Príncipes cristãos, e entre eles o famoso Rei de Portugal, como repete e declara o mesmo Bandarra no Sonho primeiro, profetizando juntamente a ruína do Império Otomano, o fim da lei de Mafoma e destruição da Casa de Meca.*<sup>2</sup>

*e compará-las com as epígrafes de quatro capítulos da obra de Sebastião de Paiva:*

*Cap. III — Em como esta Monarquia Quinta há-de destruir o Império Otomano e Seita maldita de Mafoma;*

*Cap. IV — De muitos vaticínios e tradições que mostram a destruição da Seita de Mafoma;*

*Cap. V — Em que se declara a que nação do Mundo está prometido este Quinto e último Império;*

*Cap. IX — Em que se trata da vida e aparecimento d'el-Rei D. Sebastião Primeiro, Príncipe da Quinta Monarquia.*

*Não há dúvida de que um estudo da obra de Vieira terá muito a ganhar em significado no confronto com o Tractado da Quinta Monarchia. Em certa medida, a visão do mundo de Vieira, sublime e universalista, passou, no seu profetismo inicial, pela propaganda política contra o sebastianismo divulgado entre os portugueses e pela tentativa de substituição da figura de D. Sebastião pela de D. João IV. É o que se vê, agora vivamente, neste passo:*

*El-Rei D. João o IV, que hoje está sepultado em S. Vicente de Fora, é aquele em que se acham pontualmente todos estes sinais e diferenças individuantes, sem faltar nenhuma; logo el-Rei D. João o IV é o que há-de conquistar o Turco, e a quem pertencem e esperam todos os prodígios desta fatal empresa.*<sup>3</sup>

*Na realidade, temos aqui uma transposição para D. João IV das ideias sebastianistas desenvolvidas pelo frade trinitário, Sebastião de Paiva.*

*Por mais este motivo é também valioso o contributo da edição organizada por José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis. Mas, além disso,*

---

<sup>2</sup> P.º António Vieira, *Obras Escolhidas*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 22.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 43.



*terceiro motivo, a obra tem um valor intrínseco indiscutível. Por ela passam referências directas e indirectas a duas dezenas de autores portugueses que marcaram a vida intelectual dos séculos xv-xvii e cuja obra continuou a ser lida, entre os quais André de Resende, Brás Viegas, Fernão Lopes, Diogo de Teive, Damião de Góis, Sá de Miranda, Luís de Camões. Uma caracterização da leitura e da recepção de autores no período barroco terá aqui informações muito úteis.*

*O discurso do Tratado da Quinta Monarquia é complexo, com pretensões ao estilo sublime, nem sempre claro, e, sobretudo, com graves erros de transmissão. Provavelmente a maior parte das dificuldades de interpretação e dos lugares obscuros resultam da ignorância do copista que não entendia de todo nem a letra nem o conteúdo do texto que copiava. Algumas frases falham na sintaxe. Muitas vezes foi necessário adivinhar o sentido, refazer a pontuação, com todos os riscos que envolve a intervenção do editor. As citações em latim apresentam quase sempre palavras deturpadas. Quando possível, corrigiu-se o texto latino a partir da glosa ou da tradução para português que se segue ao original. No conjunto, a obra está acessível ao grande público sem perder nada do rigor filológico que reclamam os especialistas. É, por isso, um trabalho que merece todo o aplauso.*

ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO

## ESTUDO INTRODUTÓRIO

### O QUINTO IMPÉRIO DE SEBASTIÃO DE PAIVA GENEALOGIA E CARÁCTER DE UM MESSIANISMO SEBÁSTICO

#### 1. Considerações preliminares

Não é nossa intenção, neste intróito, esgotarmos a análise do *Tratado da Quinta Monarquia*, obra sebástica datada de 1641, da autoria do padre frei Sebastião de Paiva, que transcrevemos e publicamos pela primeira vez, visto que o fundamental é colocá-la à disposição dos estudiosos e interessados pelo sebastianismo e pelas formas de religiosidade em Portugal tão depressa quanto possível. Parece-nos, no entanto, importante situá-la minimamente na longa tradição do messianismo no Ocidente, na qual ela claramente se filia, assim como caracterizar o seu posicionamento no seio do sebastianismo.

Procuraremos, neste texto de apresentação da obra de Sebastião de Paiva, analisar as origens e o percurso do messianismo no Ocidente, em particular aquele que se centra na ideia de um rei salvador, de um império utópico do fim dos tempos, assim como a forma como ele se cristalizou em Portugal no sebastianismo, expressão acabada do profetismo nacionalista português.

Na verdade, pareceu-nos estéril redobrar a erudição de Sebastião de Paiva, esmiuçando cada uma das suas inúmeras referências a outras obras. Um tal empenho arriscar-se-ia, do nosso ponto de vista, a dificultar, ao invés de facilitar, ao leitor, mesmo interessado e conhecedor destas questões, o entendimento do significado e da importância do texto sobre o qual nos debruçamos. Pensamos ser mais adequado ao esclarecimento do interesse do *Tratado da Quinta Monarquia* o seu enquadramento em termos de uma história das mentalidades de longa duração. Tentaremos, portanto e de seguida, traçar a história dos diversos materiais messiânicos de que Sebastião de Paiva depois se irá socorrer, deslindando os múltiplos fios que nele convergem. Para

analisar, por fim, o conteúdo essencial da obra, e apontar para o lugar do seu autor no quadro do sebastianismo <sup>1</sup>.

\*

Em termos metodológicos entendemos o estudo historiográfico do messianismo e das forma de pensamento utópico em geral no sentido que lhes atribui Jean Delumeau <sup>2</sup>. Este estudioso francês refere a este respeito: «Foram eles, os milaneristas e os principais criadores de utopias — Campanella, por exemplo, que foi ambas as coisas — que conseguiram fazer recuar no Ocidente o pessimismo difundido pelo pensamento agostiniano. Chamaram a atenção para o destino terreno do homem, não aceitando que este se passasse eternamente num *vale de lágrimas*, na sequência de uma qualquer maldição inicial. Deste ponto de vista todos nós somos hoje herdeiros do milenarismo, embora raramente lhe testemunhemos o devido reconhecimento — foram os sonhadores quiliastas e os seus primeiros utopistas que nos convidaram a ocuparmo-nos muito concretamente na nossa vida quotidiana das melhorias que pudemos trazer-lhe. Foi para esse ponto que no decurso dos séculos XVIII e XIX foram convergindo as esperanças dos milenaristas, e dos ‘arautos do progresso’, porque todos eles pretendiam operar no sentido de um futuro radioso, liberto do mal e da infelicidade. Devemos nós hoje lançar o opróbrio e o

---

<sup>1</sup> Apresentaremos, então, o perfil biográfico de Sebastião de Paiva, assim como uma descrição codicológica da presente obra.

<sup>2</sup> Estando a questão da existência de utopias portuguesas envolta em alguma polémica, convirá esclarecer que não ignoramos que em sentido estrito existe um diferença entre utopia e messianismo. A utopia é uma criação original de um universo alternativo ao realmente existente, como sucede com a obra de São Tomás Moro que lhe dá o nome. No entanto, existe claramente — e até em termos da sua génese no período moderno — uma comunhão fundamental entre o pensamento utópico *stricto sensu* e a tradição messiânica cristã no seio da qual ele emerge. E que se pode caracterizar como correspondendo a uma avaliação crítica do estado presente da humanidade, a par do anúncio de uma nova ordem (seja ela formulação original do autor, ou evocação de um paraíso perdido de uma determinada tradição religiosa). É neste quadro que poderemos referir-nos a um utopismo português, que na verdade não produziu, no entanto, e verdadeiramente e tanto quanto sabemos nenhuma utopia no sentido estrito, visto que se situou sempre em termos da reformulação da escatologia judeo-cristã. Cf. João Medina, «Não há utopias portuguesas», in *História de Portugal*, João Medina (dir.), vol. IV, Alfragide, Ediclube, 1995, pp. 227 e segs.

descrédito sobre uma tal ambição e qualificá-la de absurda?»<sup>3</sup> Parece-nos evidente que não. Cabe-nos antes como historiadores a tarefa de perceber e explicar qual a função e o sentido deste tipo de correntes nas sociedades do passado, a que, aliás, em termos muito genéricos, a passagem citada já alude.

Com efeito, as correntes messiânicas correspondem em termos genéricos a uma ambição constituinte do homem: conhecer o futuro. Dão resposta a um desejo profundamente humano: que o que nos espera seja melhor do que aquilo já conhecemos. Como refere um outro importante historiador destas questões, George Minois: «Profetizar é próprio do homem. É uma dimensão fundamental da sua existência. Temos um pé colocado no presente e outro no futuro. Viver é sempre antecipar e cada uma das nossas acções aponta para um objectivo situado no futuro [...]. Passado, presente, futuro formam um todo indissociável, e se podemos agir no presente, é porque nos lembramos do passado e assim vislumbramos o futuro.»<sup>4</sup>

Assim sendo, não iremos embarcar numa narrativa folclórica de factos e textos bizarros, e de profetas mais ou menos loucos. Por outro lado, não nos situamos entre os «militantes» deste tipo de messianismo — por muito respeito que nos mereçam todas as militâncias vividas de forma tolerante —, e, portanto, não seguiremos também uma perspectiva apologética. Antes consideramos, para citar de novo George Minois, que «a predição nunca se revelou neutra ou passiva. Corresponde sempre a uma intenção, a um desejo, ou a uma crença; exprime um contexto, e um estado de espírito. A predição não nos esclarece sobre o futuro, mas reflecte o presente. Assim ela é reveladora das mentalidades e da cultura de uma sociedade e de uma civilização. Fazer a história da predição é contribuir para a história das civilizações.»<sup>5</sup>

Explorar com os métodos da história cultural e das mentalidades o filão do messianismo em Portugal promete, sem dúvida, ricas descobertas, tendo em conta a importância destas correntes em momentos decisivos do nosso passado<sup>6</sup>. No entanto, não é

---

<sup>3</sup> Jean Delumeau, *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997, p. 461.

<sup>4</sup> George Minois, *História do Futuro. Dos Profetas à Prospectiva*, Lisboa, Teorema, 2000, p. 9.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>6</sup> Para uma discussão sintética destas questões, ver Luís Filipe Barreto, *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de História e Teoria da Cultura*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 313-318.

possível fazê-lo sem perceber minimamente a origem e a trajetória deste tipo de fenómeno no Ocidente até ao período que fundamentalmente nos importa. Começaremos portanto por abordar esta questão da génese e percurso do messianismo que virá a moldar a cultura cristã europeia, para depois situar este tipo de correntes em Portugal até à emergência do sebastianismo, no qual se filia a obra de Sebastião de Paiva que apresentamos.

## 2. Messianismo, profetismo e milenarismo: análise de alguns conceitos-chave

Messianismo, profetismo e milenarismo são conceitos-chave e até estruturantes da nossa análise do *Tratado da Quinta Monarquia* de Sebastião de Paiva. Deslindar a sua génese e significado parece-nos ser uma tarefa liminar importante para facilitar a sua compreensão e manuseamento.

«Messianismo» é uma palavra cujo étimo deriva do hebraico *māshiāh* (aramaico *me shîhā*). Este étimo deve ser traduzido por aquele que é *ungido* pelo Espírito Divino, isto é, *khristós*, de acordo com a tradução grega dos Setenta <sup>7</sup>.

Ao nível da História das Religiões o messianismo é a «teoria da esperança ou da expectativa de um Messias salvador e redentor de uma humanidade considerada em estado degradado, quedado, ou por ter caído da sua condição original, ou por ter cometido um pecado, após cuja vinda a mesma humanidade recupera, regenera, restaura e redescobre o primitivo estado de felicidade, e nele se consagra para sempre» <sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Cf. Paulo A. Borges, «Messianismo», in *Enciclopédia Logos*, vol. 3, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1991, cl. 827; M.-J. Lagrange, *Le Messianisme chez les Juifs*, Paris, Victor Lecroffre, 1909, pp. 24-30, e Franz König *et alii*, *Léxico das Religiões*, Petrópolis, Vozes, 1998.

<sup>8</sup> Pinharanda Gomes, *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1987, p. 147. Explica Pinharanda Gomes que a ideia messiânica comporta o sonho de reconquista da felicidade original (Paraíso Perdido), a restauração dos bens destruídos (Idade de Ouro), a instauração da harmonia (Paz Perpétua) e, noutra instância, a elevação do homem à sua essencial dignidade (Reino de Deus). O messianismo manifesta-se por vias discursivas diversas. Há o messianismo sem Messias, capaz de realizar a justiça na República, pela simples vontade operativa do homem, num projecto de imanência, como um messianismo que passa pelo coração humano, mas se realiza por aliança do divino e do humano, chamado por Deus para o seu projecto salvífico. Esta é a corrente escatológica, teleológica e

Atendendo à indicação etimológica, o messianismo, disseminado nas suas diversas expressões sócio-históricas, levanta questões sobre a realização plena da humanidade e do cosmos em termos espirituais. Reclama a superação dos dinamismos negativos e apela para o cumprimento da vocação universal à plenitude. O messianismo interliga-se com a escatologia e com a fenomenologia da esperança. O seu conteúdo filosófico valoriza o tempo cósmico, histórico e existencial. Pretende instituir a realidade como lugar sacral de epifania do Messias, enquanto *Mediator*, o princípio e protagonista da regeneração social idealizada.

A ideia fundamental do messianismo está intrinsecamente ligada ao conceito de esperança que é o seu *leitmotiv*, que cumpre também clarificar e apreender na sua polissemia. A esperança é descrita em hebraico através de várias raízes: *quh* (estar tenso: ansiar, esperar), *jhl* (aguardar, esperar), *hkl* (estar sossegado) e *sbr* (espreitar, esperar). Ao lado destas expressões, usam-se também *btl* (confiar) e *hsh* (procurar refúgio, ocultar-se). Estes dois termos são traduzidos nos Setenta pelo termo *elpizein*.

Assentando na raiz grega *elpís*, a esperança pode significar simplesmente a expectativa do futuro, que se afigura com um carácter janiforme<sup>9</sup>, quer com um lado luminoso, quer com uma dimensão funesta. Não obstante, a esperança bíblica comporta um carácter *a priori* positivo: é o sonho do bem e, acima de tudo, o sonho da salvação. Toma, com grande acentuação, a característica da confiança e da perseverança, ligada à ideia de espera de algo de melhor que o futuro um dia trará à humanidade e, neste caso concreto, ao povo judaico<sup>10</sup>.

Por outro lado, o conceito expresso pelo termo *esperança* liga-se a outra palavra importante para compreendermos a mundivi-

---

soteriológica do messianismo que caracteriza o paradigma do messianismo judaico-cristão. Não se deve descurar que neste messianismo considerado arquetipal influíram teses de providencialismo oriundas de outras religiões monoteístas, como seja do islamismo, ideias essas que são devedoras do finalismo da filosofia grega que informou, até certo ponto, a fé cristã nos primórdios da sua elaboração teológica. Ver também Mircea Eliade, *Aspects du Mythe*, Paris, Gallimard, 1963, pp. 14 e segs., e O. E. Oesterley, *Evolution of Messianic Ideas*, Londres, 1908, pp. 14-18.

<sup>9</sup> De Janus, o deus de face bifronte (uma benigna e sorridente, outra grave e sinistra), que representava, na Antiguidade, o tempo que traz aos homens tanto a desgraça e o sofrimento, como a fortuna e a felicidade. Cf. José Eduardo Franco e José Manuel Fernandes, *O Mito do Milénio*, Lisboa, Edições Paulinas, 1999, p. 152.

<sup>10</sup> Cf. Heinrich Fries (dir.), *Dicionário de Teologia, Conceitos Fundamentais de Teologia Actual*, vol. II, São Paulo, Loyola, 1983-1987, p. 82, e O. E. Oesterley, *op. cit.*

dência hermenêutica do trajecto do homem bíblico que é o conceito de *profeta*. Deste deriva outra palavra também fundamental, o termo *profecia*. *Profeta* em hebraico é designado pela palavra *nabî* que significa, em sentido activo, publicador, proclamador de uma mensagem de esperança. Se interpretarmos a palavra numa leitura na voz passiva (na língua acádica *nabî'm*), *profeta* significa o que é chamado, que o grego traduziu por *prophetés* <sup>11</sup>.

Atentemos na explicação do significado do conceito de *profecia* dada pelo exegeta Jacques Ellul: «Em primeiro lugar, e de forma global, analisa-se a profecia como tendo sempre três movimentos: uma lembrança do passado (vejam o que Deus fez por nós), depois uma análise profética sólida do presente (vejam quais as relações das forças presentes) e tira-se uma espécie de conclusão, implicando uma exortação: se vós não vos arrependerdes, eis o que vai acontecer, porque Deus vos abandonará à lógica da história; e se se arrependerem, como aconteceu no passado, Deus também agora irá intervir para que possam viver.» <sup>12</sup>

Os profetas tiveram uma influência determinante no processo evolutivo da religião judeo-cristã e com as suas obras e acções tornaram-se os grandes inspiradores do movimento messiânico <sup>13</sup>.

É frequente dar-se à palavra *profeta* e conseqüentemente à palavra *profecia* uma interpretação que não tem propriamente a ver com o sentido profundo destas palavras na Bíblia. Ao longo da história associaram-se-lhe outros sentidos que extravasam o universo de significação bíblica e dependem de outros conteúdos

---

<sup>11</sup> Cf. *ibidem*, p. 110, e A. Neher, *L'Essence du Prophétisme*, Paris, Calmann-Lévy, 1972, pp. 23-34. Os profetas tiveram uma influência fundamental na fase intermédia do percurso histórico do homem vetero-testamentário. Todavia, a palavra *profeta* é também relevante no Novo Testamento devido ao que ela significa para a revelação de Jesus Cristo, o qual é o Profeta por excelência, bem como devido à frequência com que aparece, precisamente 206 vezes.

A propósito da compreensão essencial da dimensão profética como estruturante da religião judeo-cristã, convém aqui recordar a classificação que Hans Küng faz das religiões, agrupando-as em três grandes constelações, consoante a tónica dominante que as caracteriza. Enquadra o judaísmo, o cristianismo e o islamismo nas religiões proféticas; o jainismo, o budismo e o hinduísmo que se desenvolvem no subcontinente indiano nas religiões místicas; e o confucionismo e o taoísmo nas religiões sapienciais. Cf. Hans Küng *et alii*, *Le Christianisme et les religions du monde*, Paris, Ed. du Seuil, 1986.

<sup>12</sup> Jacques Ellul, *Apocalypse, Architecture em Movimento*, São Paulo, Paulinas, 1980, pp. 19-20.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

significantes. O mais normal é entender o *profeta* como um adivinho e a *profecia* como previsão do futuro. De facto, vamos encontrar frequentemente esta significação ligada ao milenarismo.

Enquanto o messianismo é um movimento que nasce, cresce e amadurece no universo bíblico, profundamente vincado pela mentalidade religiosa judaica, o milenarismo é uma corrente que se desenvolve na era cristã, mas que está relacionada com uma forma de messianismo pós-bíblico que transfigura a significação original. O milenarismo é geralmente entendido como «a crença de alguns cristãos, fundando-se na autoridade do Apocalipse (Ap. 20, 4-6) de que, depois da sua segunda vinda, Cristo estabelecerá na terra um reino messiânico, onde reinaria durante mil anos até ao juízo final»<sup>14</sup>.

Esta crença deu origem às mais extravagantes e delirantes interpretações que mobilizaram multidões consideráveis ao longo da história do cristianismo, movidas por novos profetas que prometiam uma era milenar de paz, de justiça e de felicidade<sup>15</sup>.

Mas é inegável que a doutrina cristã engloba uma escatologia, isto é, uma definição do que serão os *últimos tempos*, ou os *últimos dias*, ou o *estado final do mundo*. O milenarismo inscreve-se no âmbito desta visão, pois reflecte sobre o fim da história e do mundo. E pretende forçar a antecipação das promessas anunciadas no quadro desse fim para um presente próximo. Esta corrente ousa, com efeito, desafiar o ritmo da história e impor a emergência da sua aceleração. Daí que extravase, frequentemente, os limites da ortodoxia e se revista de um carácter herético, tornando-se, quase sempre, marginal<sup>16</sup>.

As correntes milenaristas que inspiraram diversos grupos regeneradores e reivindicadores ao longo da história do cristianismo, nas suas diversas expressões multiformes e controversas, aliadas a um messianismo muitas vezes incipiente e manuseadas pela autoridade exercida por um líder forte e pretensamente ilu-

---

<sup>14</sup> Norman Cohn, *Na Senda do Milénio. Milenaristas, Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*, Lisboa, Ed. Presença, 1981, p. 11. Segundo o Apocalipse, os cristãos desse reino deveriam ser os mártires do cristianismo que, para tal, haveriam de ressuscitar com mil anos de antecedência relativamente à ressurreição geral dos mortos.

<sup>15</sup> Atenda-se ao facto de alguns antropólogos, sociólogos e até historiadores considerarem a palavra *milenarismo* num sentido ainda mais livre, aplicando-a a qualquer tipo de salvacionismo. Cf. *ibidem*, pp. 11-12.

<sup>16</sup> *Ibidem*.



minado, reúnem características que se podem elencar como sendo comuns e caracterizadoras de todos estes movimentos <sup>17</sup>.

Estes tópicos dizem respeito à realização do messianismo milenarista do ponto de vista da salvação e da transposição da realidade presente para um tempo que se vislumbra como sendo muito diferente, diferença que se estrutura pela tónica fundamental do valor da justiça, aplicado em absoluto. Entre estas características podemos elencar as mais importantes: a salvação do *milénio* abrangerá a colectividade no seu todo; será terrena, na medida em que deverá ser concretizada neste mundo e não numa realidade transcendente; será iminente, porque irá acontecer num tempo muito próximo; será total, dado que deverá transformar globalmente a existência terrestre, não como mero aperfeiçoamento, mas constituindo-se como a mesma perfeição; implicará uma acção miraculosa, tendo em conta que será levada a cabo com o apoio de figuras sobrenaturais <sup>18</sup>.

No quadro destes limites, existe, todavia, muito espaço para a multiplicidade e a originalidade das diferentes correntes. Inventaram-se, com efeito, inúmeras formas de conceber o *milenium*, como variadas foram as vias apontadas para atingir esta miragem <sup>19</sup>.

Os movimentos milenaristas assumem diferentes formas de actuação para preparar a realização da sua crença, «desde a agressividade mais violenta ao mais doce pacifismo» e da «espiritualidade mais etérea até ao materialismo mais mundano». Do mesmo modo é também muito diversa a sua composição e funcionalidade nos diferentes tecidos sociais em que se manifesta <sup>20</sup>.

### 3. A ideia de império e o messianismo nos Romanos

Sendo nosso objectivo compreender a obra de Sebastião de Paiva, construída à volta da ideia de Quinto Império, convirá começar por perceber de onde vem esta ideia de sucessão dos impérios, e porque lhe foi associada uma conotação messiânica.

Começando pela etimologia e percurso histórico do próprio termo «império», ficar-se-á com os primeiros elementos de res-

---

<sup>17</sup> Cf. José Eduardo Franco e José Manuel Fernandes, *op. cit.*, pp. 47 e segs.

<sup>18</sup> Cf. Norman Cohn, *op. cit.*, p. 11.

<sup>19</sup> Cf. Jean Delumeau, *op. cit.*

<sup>20</sup> Cf. Norman Cohn, *op. cit.*, p. 12.